



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682600 - RS (2021/0233891-9)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : ADROALDO DA SILVA (PRESO)  
**PACIENTE** : JOSEANE PEREIRA MACIEL SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADROALDO DA SILVA e JOSEANE PEREIRA MACIEL SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (Apelação Criminal n. 0004692-37.2020.8.21.7000).

Os pacientes foram condenados pela prática das infrações penais dispostas no art. 12 da Lei n. 10.826/2003, no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990, tendo sido aplicadas para JOSEANE PEREIRA MACIEL as penas corporais de 1 ano de detenção e de 6 anos e 10 meses de reclusão, e para ADROALDO DA SILVA as penas de 1 ano e 3 meses de detenção e de 10 anos e 2 meses de reclusão.

A impetrante sustenta a atipicidade material do fato enquadrado no tipo penal do art. 12 do Estatuto do Desarmamento, por força da incidência do princípio da insignificância. Alega que, no caso, foi apreendida quantidade irrisória de munição na posse irregular dos pacientes - carregador com 13 projéteis calibre 9 mm.

Afirma, ainda, a possibilidade de aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 em favor de JOSEANE, ao argumento de que a quantidade e a natureza das drogas apreendidas não justifica o afastamento do benefício penal e de que não há outras provas da dedicação da apenada à prática de atividades ilícitas ou de que integre organização criminosa.

Requer, liminarmente, a absolvição dos pacientes quanto à imputação da prática do crime de posse irregular de acessório e munição de uso permitido e a aplicação do redutor do tráfico privilegiado em favor de JOSEANE PEREIRA MACIEL. No mérito, pugna pela concessão da ordem a fim de que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

A propósito, no tocante ao afastamento do princípio da insignificância como causa supralegal de exclusão da tipicidade material do fato subsumido ao art. 12 da Lei n. 10.826/2006, o Tribunal de origem assentou (e-STJ fl. 35):

*Não há que se falar em contradição, omissão,*

*ambiguidade e obscuridade no julgado. urna vez que a tese ventilada pelo embargante em sede de embargos de declaração sequer foi mencionada nas contrarrazões de recurso defensivo. De qualquer forma, a significativa quantidade de munições apreendidas não poderia ser enquadrada na tese de atipicidade material da conduta típica, pois inaplicável o princípio da insignificância na hipótese.* (Original sem destaques)

Por outro lado, quanto ao indeferimento do redutor do § 4º do art. 33 da Lei Antidrogas para a paciente JOSEANE PEREIRA MACIEL, extrai-se o seguinte do acórdão impetrado (e-STJ fl. 29):

*Esclareço que a ré não faz jus à incidência da redutora disposta no art.33, §4º da Lei de Drogas. Embora não ostente antecedentes criminais. JOSEANE praticou a traficância em endereço conhecido como "QG dos Bala na Cara", e, segundo informações trazidas pelos policiais, ela teria se identificado como responsável pelo local, o que demonstra, sem sombra de dúvidas, engajamento com a traficância. Tais elementos, aliados a apreensão de um carregador de 9mm e munições na bolsa da acusada, além de terem sido localizados, na residência, simulacro de fuzil, munições e um carregador, celulares e dinheiro, evidenciam que a soma de esforços dos acusados e adolescentes destinava-se a potencializar o resultado positivo das ações delitivas da facção criminosa.* (Original sem destaques)

Com efeito, em princípio, não se verifica a alegada inidoneidade da fundamentação, sobretudo porque foi considerada a existência de ligação da paciente com facção criminosa atuante no Estado gaúcho.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência